

As contribuições de Anísio Teixeira para a formação do pensamento pedagógico brasileiro

MARIA MARTA DO COUTO PEREIRA RODRIGUES

Doutoranda em Educação pela Universidade de Brasília - UnB.

Professora do Centro Universitário de Patos de Minas. e-mail: maria.marta@unipam.edu.br

Resumo: O presente estudo discute as contribuições de Anísio Teixeira para a formação do pensamento pedagógico brasileiro. A abordagem parte do pressuposto de que Anísio merece ser considerado como pertencente a uma geração de intelectuais brasileiros que se preocupou em reconstruir um projeto de educação para o país, comprometido com a realidade interna da nação, em meados do século XX. Dessa forma, a discussão empreende uma análise de Anísio como estudioso das questões da educação nacional e, portanto, considerado como filósofo da educação brasileira, que se comprometeu de forma especial com a causa da escola pública. Esse compromisso lhe rendeu hostilidades e críticas de grupos defensores dos interesses da educação privada no país. Anísio é apresentado também como o idealizador da educação integral, destacando-se pela criação do Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro, popularmente conhecido como Escola-Parque, como instituição escolar localizada em Salvador, no estado da Bahia.

Palavras-chave: Anísio Teixeira; pensamento pedagógico brasileiro; escola pública brasileira; escola de tempo integral.

Abstract: This paper discusses the contributions of Anísio Teixeira to the Brazilian pedagogical thought formation. The approach assumes that Anísio deserves to be considered as belonging to a generation of Brazilian scholars who bothered to rebuild an education project for the country, committed to the inner reality of the nation in mid-twentieth century. Thus, the discussion undertakes an analysis of Anísio as a scholar who studied national education issues, and therefore he is regarded as a philosopher of Brazilian education, who has committed himself in such a special way to the public school cause. This commitment earned him some hostility and scorn from some defenders of private education interests in the country. Anísio also appears as the creator of integral education, highlighting the Center for Popular Education Carneiro Ribeiro, popularly known as the Park-School, an institution created by him within these molds, in Salvador, Bahia.

Keywords: Anísio Teixeira; Brazilian pedagogical thought; Brazilian public school; full-time school.

Considerações iniciais

A construção do pensamento pedagógico brasileiro se deu na trama das relações históricas, políticas e sociais, num processo de avanços e retrocessos, em um país periférico, que, desde seus primórdios, sofreu influências das nações centrais.

Numa primeira fase, como colônia da corte portuguesa, a educação brasileira

recebeu fortes influências da pedagogia jesuítica europeia, a qual estava permeada pelos valores e ideais da fé católica, uma vez que à Igreja competia também, por meio da prática educativa, a legitimação da autoridade estatal.

A partir do século XVIII, com a expulsão dos jesuítas e a implantação da reforma pombalina, abrem-se espaços e possibilidades para entrada em território brasileiro de ideias pedagógicas laicas e ecléticas advindas de outros países, tais como os princípios do positivismo francês e as influências de múltiplas correntes confessionais que aqui fundaram instituições de ensino.

No entanto por volta de 1930, com o fim da primeira república, é que se pode falar em pensamento pedagógico com identidade brasileira, pois até então o que se via era a transposição de saberes e práticas próprias de outros espaços educacionais para o Brasil.

Segundo Saviani (2010), Anísio Teixeira integra o grupo desses construtores do pensamento pedagógico brasileiro, uma vez que detém o discernimento necessário para olhar dialeticamente para fora do país em busca dos pressupostos necessários para a construção de uma nova escola e, ao mesmo tempo, volve o seu olhar reflexivo e inquieto para as questões inerentes à realidade interna brasileira, as quais demandavam projetos e ações próprios para serem resolvidas.

Nunes (2010) defende a ideia de que, ao visitar a pedagogia de John Dewey, o intelectual Anísio Teixeira soube reelaborá-la e propor uma forma própria e necessária para resolver as questões educacionais brasileiras. Foi assim na luta empreendida em defesa da escola pública brasileira como via para a consolidação da democracia, bem como no projeto de educação integral e em tempo integral, defendido como pressuposto necessário para a garantia da igualdade de oportunidades educacionais. Estudioso das questões educacionais, Anísio foi também homem de ação que buscou, na medida do possível, transformar o sistema educacional do país contribuindo para formação do pensamento pedagógico brasileiro.

Nessa perspectiva, o presente estudo objetiva identificar as contribuições de Anísio Teixeira para a formação do pensamento pedagógico da educação brasileira e se encontra estruturado em três partes. A primeira parte, intitulada “Anísio: o filósofo da educação brasileira”, descreve a trajetória desse intelectual no sistema educacional brasileiro, desde sua formação acadêmica até a sua atuação nos mais diversos órgãos e setores da educação nacional. Em seguida, são destacadas as principais concepções e ações desse educador em defesa da escola pública brasileira. Na terceira parte, apresenta-se o projeto de educação integral, em escola de tempo integral, idealizado e implantado por Anísio em 1950, no Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro, popularmente conhecido como Escola-Parque, em Salvador, Bahia.

1. Anísio: filósofo da educação brasileira

A origem etimológica do termo filósofo, por si só, já se ajusta à pessoa de Anísio Teixeira, pois a junção de *filo* (amigo) e *sofos* (sabedoria) significa “amigo da sabedoria”, na língua grega. No caso de Anísio, a sua sabedoria foi forjada e construída num processo de contínuo comprometimento com as questões da educação, diante das quais não se acovardava nem omitia, mas denunciava as mazelas ainda a serem superadas.

Dessa forma, para se compreender um filósofo da educação, faz-se necessário conhecer sua trajetória histórica, sua formação acadêmica, suas produções intelectuais,

suas concepções e opções pedagógicas, situando-o no pensamento pedagógico de uma época.

Anísio Spínola Teixeira, nascido em 12 de julho de 1900, na cidade de Caetité, no Estado da Bahia, tornou-se um dos grandes filósofos da educação brasileira do século XX, com sólida formação acadêmica nos colégios jesuítas de São Luís Gonzaga de Caetité e Antônio Vieira, de Salvador. Diplomou-se em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro no ano de 1922. Ainda que bacharel em Direito, foi na área da educação que esse intelectual se destacou, sendo o recém-advogado nomeado Inspetor Geral do Ensino da Bahia, em 1924. Frente à missão que lhe fora dada, Anísio não se recua e segue em busca de experiências inovadoras, permanecendo por quatro meses na Europa, observando os sistemas escolares de países como Espanha, Bélgica, Itália e França.

Embora não houvesse frequentado nenhum curso de formação de professores, compreendeu que as questões educacionais do Brasil eram diversas e de múltiplas naturezas. Diante disso, comprometeu-se com a educação do país e se empenhou no processo de construção de conhecimentos sobre a real situação da educação brasileira e das políticas necessárias para superar os seus problemas mais graves¹. Essa postura de Anísio reflete a concepção de Nunes (2010) de que

não nascemos educadores. Tornamo-nos educadores num processo laboriosamente construído, lapidado no diálogo com diversos educadores que transitam dentro de nós. Saber qual é o nosso propósito na vida não é tarefa fácil. Ele vai se delineando em nossa infância, adolescência e juventude (NUNES, 2010, p. 11).

Imbuído dessa consciência do vir a ser educador, inspirou-se nos seus sábios mestres dos colégios jesuítas, mas também estabeleceu intercâmbios com outras realidades multinacionais, procurando compreender, por meio de uma perspectiva comparada, os avanços já empreendidos por outros países e os caminhos ainda a serem percorridos pelo sistema educacional brasileiro. Foi nesse sentido que realizou inúmeras viagens, num primeiro momento à Europa e, mais tarde, aos Estados Unidos.

O certo é que de volta da Europa, em 1925, propõe o projeto de reforma do ensino baiano no qual defende a concepção de que a escola deve oferecer uma educação integral, desenvolvendo nos alunos qualidades cívicas, morais, intelectuais e de ação. O seu envolvimento com a educação permanecerá, doravante, por toda a sua vida. Como homem de ação, comprometido com o ensino público brasileiro, mostra-se sempre inquieto, em busca de encaminhamentos e de soluções para as questões educacionais, de forma especial, voltados para a expansão do ensino escolar para as classes populares.

Dessa forma, de acordo com Saviani (2010), entre os anos de 1927 a 1929, Anísio se torna um assíduo frequentador da escola nova americana, tendo inúmeros contatos com John Dewey, chegando inclusive a cursar uma Pós-Graduação na Universidade de Colúmbia, na perspectiva de compreender os fundamentos necessários para um proje-

¹ Segundo Teixeira (1976), o ensino brasileiro, na década de 1920, se caracterizava como uma educação de elite, voltada para os filhos de famílias com boa situação econômica. No ensino primário gratuito as oportunidades eram reduzidas e a oferta de vagas estava aquém das demandas das classes populares. Essa situação contribuía para o baixo percentual de matrículas no sistema público de educação e conseqüentemente para a elevação dos índices do analfabetismo no país.

to de educação comprometido com a realidade do país e com as necessidades dos alunos oriundos das classes populares.

Na concepção de Nunes (2010), a relação com os princípios pedagógicos de John Dewey fora fundamental para que Anísio se desse conta da existência de novos elementos pedagógicos, capazes de possibilitar a superação de padrões já defasados da educação brasileira frente à realidade social do país. Parece que o contato com a pedagogia deweyana possibilitou a Anísio o discernimento necessário para superar as fragilidades do modelo educacional no qual fora educado.

A categoria de reconstrução, no pensamento deweyano, constituiu para Anísio um *tour de force*. Por meio dela, a filosofia era interpretada como um esforço contínuo de reconciliação e reajustamento entre a tradição e o conhecimento científico, entre as bases culturais do passado e o presente que fluía numa grande vertigem. Ou seja, Dewey permitiu a Anísio reintegrar o velho e o novo por meio de uma crítica capaz de distinguir, selecionar, pôr em relevo elementos fundamentais do momento histórico vivido. Através de Dewey, Anísio pôde abandonar a escolástica e abraçar perspectivas que o ajudassem a interpretar, valorizar e orientar a própria vida (NUNES, 2010, p.43).

Imbuído dessas novas concepções, retorna das viagens com a convicção de que as ideias de John Dewey teriam muito a contribuir com a educação brasileira. E parece que no intuito de testá-las mais diretamente no chão da sala de aula, demite-se da Inspetoria de Ensino da Bahia e passa a se dedicar ao exercício do magistério na Escola Normal de Salvador, lecionando as disciplinas de Filosofia e História da Educação.

É também nesse contexto que, segundo Nunes (2010), Anísio traduz a obra *Vida e Educação*, de John Dewey, e publica o artigo *Por que Escola Nova?*, no qual condensa o significado de suas duas viagens aos Estados Unidos.

Ao se referir às influências da pedagogia de Dewey, Nunes (2010, p. 49) afirma que “Anísio prefere Escola Progressiva à Escola Nova. [...] A conciliação do antigo e do novo no campo religioso e filosófico estendeu-se, também, ao campo pedagógico”.

Anísio fora educado na pedagogia jesuítica e, como tal, detinha conhecimentos suficientes para discernir os elementos de uma boa pedagogia inaciana, de cunho humanista, os quais convinhavam ser mantidos na sua proposta educativa. Em contrapartida, tinha consciência das questões frágeis a serem superadas frente aos novos paradigmas e teorias que se apresentavam. Dessa forma,

[...] nem tudo fora descartado da velha pedagogia jesuíta. Dela procurou resgatar, sob uma outra matriz filosófica, o saber socialmente relevante do currículo humanista; o realismo construído pela inserção histórica do ato educativo; a articulação entre fins e meios; a valorização das atividades da sala de aula e do professor; a questão da centralidade do sujeito, o que significava trabalhar o profundo envolvimento da pessoa na ação educativa (NUNES, 2010, p. 49).

Da pedagogia de Inácio de Loyola, segundo Nunes (2010, p. 49), Anísio abandona “os valores absolutos, o ritual religioso e o que ela tem em termos de uma teoria da educação [...] que procura habituar a criança a uma vida de esforço e contrariedade”. Com a lucidez e a prudência próprias dos grandes filósofos, ele busca em Dewey o norteamento necessário para conduzir o seu projeto, no sentido de que “[...] a educação

pela qual valeria a pena lutar seria aquela que libertasse, num progressivo movimento, tal como ele o viveu, a capacidade individual para fins sociais cada vez mais amplos, mais livres e mais frutíferos” (NUNES, 2012, p. 50).

Embora imbuído e revigorado pelos princípios da pedagogia de John Dewey, a sala de aula pouco usufruiu da presença marcante do talentoso mestre, pois o reconhecimento do seu comprometimento com a causa educacional brasileira se tornara público e notório, sendo ele convidado, em 1931, para assumir a Diretoria da Instrução Pública do Rio de Janeiro, então capital do Brasil.

Essa fase de Anísio frente à administração educacional do então DF foi mesclada por desafios e conquistas, pois, segundo Bedin (2011), ele sofreu todo tipo de revés, foi considerado subversivo, ateu, estatizante, um verdadeiro intruso. No entanto, “durante sua gestão, houve uma verdadeira transformação educacional no Distrito Federal [...]. Houve grande mobilização no tocante à formação de professores [...]” (p. 40-41).

Na primeira metade da década de 1930, além de diretor da instrução pública do DF, ele se destacou no cenário educacional brasileiro tanto como participante do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, quanto como fundador da primeira Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, em 1935.

Ao descrever o perfil dos participantes no Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932, Nagle (2009) refere-se à formação básica que a maioria dos manifestantes recebera nos colégios católicos. No entanto, quanto a Anísio, é destacado que “[...] depois da viagem que fez aos Estados Unidos, alteraram-se suas idéias sobre a educação; nesse momento, adota sistematicamente os princípios do ideário escolanovista, de raízes deweyanas” (p. 275).

Dessa forma, muitas das contribuições de Anísio Teixeira na elaboração do documento do Manifesto dos Pioneiros da Educação nasceram das experiências vivenciadas nas escolas de Dewey, as quais lhe possibilitaram a construção de uma proposta de educação mais voltada para os ideários democráticos, visando à inclusão das classes populares. Quanto ao seu projeto de universidade para o então Distrito Federal², esse teve vida curta, tendo sido destruído prematuramente pelos seus opositores, os quais intensificaram o movimento de hostilidade contra as suas propostas revolucionárias, uma vez que

a reforma por ele conduzida empurrou a escola para fora de si mesma, ampliando sua área de influência na cidade. Atravessou o espelho da cultura europeia e norte-americana, articulando o saber popular ao acadêmico. Retirou o problema da educação da tutela da Igreja e do governo federal. Todos esses aspectos marcam o caráter polêmico da sua gestão, graças à sucessão de conflitos que se criaram em vários níveis: no nível governamental, no nível ideológico e no interior das próprias escolas (NUNES, 2010, p. 25).

² Segundo Romanelli (2005), de 1931 a 1935, Anísio Teixeira, como Secretário de Instrução Pública do Distrito Federal, procurou implantar um verdadeiro sistema público de educação integrado, que compreendia da educação pré-escolar à universidade. Dessa forma foi criada a Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935, de estrutura arrojada, caracterizada pelo fato de não possuir as três faculdades tradicionais e ter uma Faculdade de Educação, na qual se situava o Instituto de Educação. Essa universidade teve, porém, curta duração, pois em 1939, ela foi extinta ao incorporar-se à Universidade do Brasil, a qual se transformará na Universidade do Rio de Janeiro.

Anísio não se deixa intimidar e, por meio de suas propostas educativas, elucida a situação da educação brasileira, convocando a sociedade a participar e a se comprometer com a construção de uma nova escola. A escola proposta por ele deve alargar a sua atuação para além de si mesma, proporcionando a formação integral do homem todo e de todo homem.

No entanto, ele é mal compreendido, uma vez que desmobiliza concepções e práticas já ideologicamente consolidadas. Nesse sentido, merece destaque a intensa campanha movida pelo então arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, contra o trabalho de Anísio Teixeira à frente da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Alinhado ao Movimento da Escola Nova, Anísio defendia um ensino público gratuito e laico, o que se chocava frontalmente com o projeto educacional da Igreja, a qual defendia que “[...] a educação não pode deixar de ser religiosa, a escola leiga que, por princípio, ignora a religião, é essencialmente incapaz de educar. Tal é o veredicto irrecusável de toda sã pedagogia” (FRANCA, 1931 *apud* SAVIANI, 2010, p. 257). Nesse contexto, Anísio é considerado então homem de esquerda e sente na pele as hostilidades e as represálias do grupo hegemônico, sendo, por fim, demitido de suas funções, em fins de 1935, pelo então presidente Getúlio Vargas.

Ao se referir a essa fase, Nunes (2010, p. 25) afirma que “a opressão política calou a voz de Anísio, de seus colaboradores, de seus admiradores. A memória da formidável obra pública que ele e sua equipe de trabalho empreenderam foi apagada”. Dessa forma, de 1936 a 1945, a educação brasileira fica de certa forma órfã das idealizações e influências de Anísio Teixeira, pois ele se refugia no interior da Bahia, passando a se dedicar aos negócios da família.

Em 1946, Anísio exerce o cargo de Conselheiro de Ensino Superior na Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). A sua curta permanência na UNESCO, em que esteve envolvido com questões educacionais de dimensão macro, parece ter de certa forma reacendido o seu entusiasmo e o seu desejo de continuar lutando pela causa da educação brasileira. Em 1947, assume o cargo de Secretário de Educação e Saúde do Estado da Bahia, e foi nessa sua gestão, que ocorreu a criação de uma obra de projeção nacional, o Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro, popularmente conhecido como Escola-Parque, criado em 1950, no bairro da Liberdade, o mais populoso e pobre de Salvador.

Por ocasião da inauguração da escola Carneiro Ribeiro, Centro Popular de Educação Integral, Anísio profere um discurso no qual explica o funcionamento da referida instituição de ensino.

[...] localizamos quatro pavilhões, como este, para as escolas que chamamos de escolas-classes, isto é, escolas de ensino de letras e ciências, e um conjunto de edifícios centrais que designamos de escola-parque, onde se distribuíram as outras funções do centro, isto é, as atividades sociais e artísticas, as atividades de trabalho e as atividades de educação física. A criança fará um turno na escola-classe e um segundo turno na escola-parque. A criança, pois, terá um regime de semi-internato, recebendo educação e assistência alimentar. Teremos os professores primários comuns para as escolas-classe e, para a escola-parque, os professores primários especializados de música, de dança, de atividades dramáticas, de artes industriais, de desenho, de biblioteca, de educação física, recreação e jogos. [...] muitos professores diferenciados em dotes e aptidões para realização da tarefa sem dúvida tremenda de formar e educar a infância, nos seus aspectos fundamentais de cultura intelectual, social, artística e vocacional (TEIXEIRA, 1994, p. 178-179).

É possível identificar, na descrição de Anísio, que a instituição fora construída a partir de um projeto arquitetônico planejado para concentrar, num mesmo espaço geográfico, porém em ambientes apropriados e específicos, respectivamente, as atividades da escola-classe e da escola-parque. Verifica-se também que tanto os professores da escola-classe, quanto os da escola-parque recebiam formação adequada e inerente às suas funções específicas.

Ao se referir a essa obra de Anísio, Nunes (2010) destaca mais uma vez a dedicação e o comprometimento dele para com a educação, salientando inclusive que a educação recebida na pedagogia de Inácio de Loyola o fortaleceu suficientemente para se tornar, de certa forma, indiferente aos empecilhos que se apresentavam na luta pela causa da educação como bem social.

A educação foi para ele um valor sagrado. A indiferença inaciana, extremamente ativa e vigorosa nele, foi colocada a serviço da causa pública à qual se dedicou e que o levou não só a enfrentar lutas duras, mas também incluiu uma das mais belas realizações da educação popular no país, já no final da década de 1940: a conhecida escola-parque que, ao lado das classes comuns de ensino, no bairro operário da Liberdade, em Salvador, constituiu uma experiência pioneira no país e internacionalmente reconhecida de educação integral. De novo, uma escola feliz, que reunia às classes comuns de ensino as práticas de trabalho, artes, recreação, socialização e extensão cultural (NUNES, 2010, p. 30).

A educação integral, idealizada por Anísio, se assenta nos princípios filosóficos da escola progressiva de Dewey, a qual prima pela indissociabilidade entre educação e vida, proporcionando as condições necessárias para o desenvolvimento, de forma integrada, das habilidades cognitivas, psicoafetivas e motoras.

Nesse sentido, presenciamos discussões e propostas de políticas para a escola de tempo integral como sendo algo inédito na história da educação brasileira. A experiência de Anísio, nos idos anos de 1950, retrata a educação integral, em escola de tempo integral, de certa forma mais avançada em relação às propostas atuais para essa modalidade de educação.

Fortalecido pela efetivação do seu projeto educacional, por meio da criação da escola-parque, ele assume, em 1951, no Rio de Janeiro, a Secretaria Geral da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, por ele transformada num órgão - a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - e acumula também, em 1952, o cargo de diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), no qual permaneceu até 1964.

Em 1961, vê o projeto de criação de uma universidade finalmente se concretizar, com a instalação da Universidade de Brasília, da qual foi um dos idealizadores, ao lado de Darcy Ribeiro, assumindo a sua reitoria em 1963. No entanto, vale lembrar que as suas concepções sobre a Universidade já estavam delineadas por ocasião da criação da UDF, a qual diferia de outras propostas de criação de instituições de educação superior no país, uma vez que

o projeto de criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), fundada por Anísio Teixeira em 1935, foi a primeira iniciativa de criação de uma instituição mais livre, pensada como lócus de pesquisa e liberdade de pensamento, como uma unidade científica autônoma em relação ao Estado. Ela desperta a discussão em torno de qual o peso que

deveria ter a universidade em nosso país, quais seriam suas funções (MARTINS, 2011, p. 22).

Como intelectual engajado, luta pela causa da educação que almejava para o país, também em nível universitário, defendendo a educação norteada pelos princípios democráticos e com autonomia acadêmica. No discurso de inauguração da UDF, em 1935, Anísio deixa explícito que a universidade

precisa preservar o conhecimento vivo, não morto, contido em livros ou no empirismo da prática não intelectualizada. Precisa formular a experiência humana intelectualmente, fazendo-o com inspiração, enriquecendo e vitalizando o conhecimento do passado com a sedução, atração e ímpeto do presente (PAIM, 1982, p. 69-70).

Na concepção de Anísio, é sobre os fundamentos da pedagogia ativa da escola nova que a universidade brasileira deve ser erguida, guiada pelos princípios de uma educação em consonância com as questões da vida social, possibilitando a atividade prática do aprendiz.

No início da década de 1960, retoma os antigos anseios abortados com o fechamento da UDF em 1939 e, juntamente com outros intelectuais, propõe a criação da Universidade de Brasília (UnB), com o intuito de reinventar a educação superior e formar profissionais comprometidos com a transformação do país.

A esse respeito, Darcy se posiciona no prefácio para a quinta edição do livro de Anísio, intitulado *Educação não é privilégio*, da seguinte forma:

Implantamos, afinal, a nossa querida Universidade, com urgência urgentíssima, porque tínhamos medo de que a lei que mandava criá-la não pegasse. Pegou. Os primeiros prédios, onde funciona hoje a Faculdade de Educação, foram construídos com verba do INEP, transferida do diretor, que era Anísio, para mim, que era vice-diretor. A UnB floresceu [...]. Anísio e eu a conduzíamos, felizes e orgulhosos [...]. Eu, às vezes, de longe, porque fora chamado ao cargo de Ministro da Educação [...] (TEIXEIRA, 1994, p. 10-11).

Nem mesmo a ditadura militar o fez desistir da luta pela causa da educação, pois, em 1964, quando fora afastado da Universidade de Brasília, embarca para os Estados Unidos para lecionar como *visiting scholar* na Columbia University (1964), na New York University (1965) e na University of California (1966).

Ao retornar ao Brasil, em 1967, torna-se membro integrante do Conselho Federal de Educação, dedica-se à revisão e reedição de antigos trabalhos, atua como consultor da Fundação Getúlio Vargas e volta a trabalhar na Companhia Editora Nacional, até que, em 1971, ocorre o seu falecimento, de forma estranha e não devidamente esclarecida.

No entanto, as ideias e as ações plantadas por Anísio no pensamento pedagógico brasileiro continuam vivas, inspirando os profissionais comprometidos com a causa da educação no país. A atuação desse filósofo, na educação nacional, representou um marco inaugural de busca de saberes e práticas comprometidos com uma escola para todos, pois, segundo ele, “só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a da escola pública” (TEI-

XEIRA, 1936, p. 247).

Dessa forma, ao visitar os estudos e as produções desenvolvidos por Anísio Teixeira, é possível encontrar elementos e princípios ainda aplicáveis às questões vividas pela educação e pela escola pública brasileira nesse contexto de século XXI.

2. Anísio: o defensor da escola pública brasileira

O compromisso de Anísio com a causa da escola pública era visível e o acompanhou desde os primórdios de sua atuação na área educacional. No entanto, foi durante a sua gestão frente à Capes e ao Inep que teve a oportunidade de denunciar a situação caótica³ do sistema educacional brasileiro e anunciar as ações e os argumentos a favor da escola pública.

Durante sua gestão na Capes e no Inep, proferiu inúmeras conferências pelo país, as quais lhe renderam dissabores e perseguições. Nessa perspectiva, em decorrência da publicação, em 1957, do livro *Educação não é privilégio*, ocorre um embate entre educadores liberais, educadores católicos e proprietários de escolas particulares em torno das concepções e dos rumos da educação no país.

Nesse sentido, ele faz a defesa da *nova escola pública ou comum* em detrimento da escola tradicional e elitista. Ele denuncia que a escola não mais pode ser uma instituição excludente das crianças oriundas das classes populares, a qual até então tinha se especializado apenas na educação das elites por meio de métodos de ensino do passado e desarticulados das necessidades existenciais e sociais.

Em face da aspiração de educação para todos e dessa profunda alteração da natureza do conhecimento e do saber (que deixou de ser a atividade de alguns para tornar-se, em suas aplicações, a necessidade de todos), a escola não mais poderia ser a instituição segregada e especializada de preparo de intelectuais “escolásticos”, mas deveria transformar-se na agência de educação dos trabalhadores comuns, dos trabalhadores qualificados, dos trabalhadores especializados em técnicas de toda ordem e dos trabalhadores da ciência nos seus aspectos de pesquisa, teoria e tecnologia (TEIXEIRA, 1994, p. 45).

Dessa forma, explicita a sua opção pela causa de uma escola pública articulada às reais necessidades do mundo do trabalho, vista para além da dualidade entre atividade intelectual e atividade manual. Dessa forma, ele demonstra entender o trabalho numa perspectiva marxiana, como atividade que permite ao ser humano se descobrir como sujeito produtivo e transformador das condições reais da sua existência.

Na percepção de Anísio, para que essa nova escola pública se efetivasse, fazia-se necessário também uma nova política educacional, no intuito de superar as questões complexas que assolavam a educação pública da época, tanto em relação aos baixíssimos índices de matrícula e frequência dos alunos, quanto às péssimas condições de funcionamento das escolas. Nesse sentido, ele convoca o poder público, na pessoa de seu governo, ao comprometimento com a causa educacional.

³ Anísio (1994, p. 51) apresenta dados estatísticos que demonstram que no ano de 1950 apenas 38,2% da população entre 7 e 15 anos de idade era alfabetizada. Da matrícula efetiva nas escolas primárias no ano de 1953, apenas 7,6% dos alunos concluíam o curso primário e somente 53% dos docentes do Ensino Primário eram diplomados por escolas normais (p. 52).

O dever do governo – dever democrático, dever constitucional, dever imprescritível – é o de oferecer ao brasileiro uma escola primária capaz de lhe dar a formação fundamental indispensável ao seu trabalho comum, uma escola média capaz de atender à variedade de suas aptidões e das ocupações diversificadas de nível médio, e uma escola superior capaz de lhe dar a mais alta cultura e, ao mesmo tempo, a mais delicada especialização (TEIXEIRA, 1994, p. 60-61).

Como intelectual ávido pela efetivação de mudanças na realidade educacional de sua época, apresenta fatos dados e informações na perspectiva de angariar adeptos pela causa da escola primária pública, a qual demandava por urgentes mudanças uma vez que

[...] os alunos não se conservam na escola, em média mais que dois anos e pouco. Em todo o país, apenas 8 a 10% deles chegam à 4ª série primária. Com a matrícula em muito superior à sua capacidade, a escola se divide em turnos, oferecendo ao aluno meio dia escolar e, em muitos casos, um terço de dia escolar, com a conseqüente redução no programa. Com esse professorado extremamente móvel, se não fluido, e as matrículas duplicadas ou triplicadas, a escola entra a funcionar por sessões, como os cinemas, e a fazer-se cada vez menos educativa [...] (TEIXEIRA, 1994, p. 61).

Diante desse quadro, defende uma nova escola comum para todas as crianças, de todas as posições sociais, visando a formar a inteligência, a vontade e o caráter. Enfim, a educação para a formação “comum” do homem, não a especialização de alguns indivíduos, pois “na escola pública, como sucede no exército, desaparecerão as diferenças de classe e nela todos os brasileiros se encontrarão, para uma formação comum, igualitária e unificadora, a despeito das separações que vão, depois, ocorrer” (TEIXEIRA, 1994, p. 99).

Embora Anísio declarasse que não pregava o monopólio da educação pelo Estado, mas apenas defendia o direito de todos à educação pública, ficando apenas para aqueles que quisessem a opção pela educação privada, segundo Nunes (2010), acirrou-se uma polêmica liderada pela Igreja Católica, de forma especial pelos bispos gaúchos representados pelo arcebispo Dom Vicente Scherer, os quais defendiam, por meio de um documento, os interesses do ensino confessional católico.

No documento intitulado “Memorial dos Bispos”, lançado em 1958, os bispos se opunham à “revolução social através da escola” e usavam a Constituição Federal para atacar diretamente os órgãos do governo. O documento emitido pelos líderes da Igreja Católica acusava Anísio de extremista e pedia ao governo da República sua demissão do INEP.

Protestando contra a “revolução social, através da escola, preconizada pelos órgãos governamentais”, o arcebispo d. Vicente Scherer e os bispos da Província Eclesiástica de Pôrto Alegre pedem vênias a Vossa Excelência para representar acerca das gravíssimas conseqüências que, com repercussão sobre toda a vida nacional, advirão da insistência com que órgãos do Governo Federal propugnam a implantação exclusiva de sistemas de ensino oficiais em todo o País [...]. Tal é o que prega abertamente entre nós o professor Anísio Teixeira, com a qualidade e responsabilidade de diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e de secretário-geral da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES). [...] o professor Anísio Teixeira espera da escola pública ou comum, que tão ardentemente preconiza, os mesmos resul-

tados pré-revolucionários, previstos, com ansiosa expectativa, pela doutrina socialista. O povo brasileiro, na verdade, não quer que se transforme, por uma revolução social, a começar da escola, a República Brasileira em uma República Socialista. Tomam, pois, o Arcebispo Metropolitano e os Bispos, que êste subscrevem, a liberdade de solicitar a Vossa Excelência, Excelentíssimo Senhor Presidente da República, após a exposição, as providências necessárias e inadiáveis, para a cessação dêsse estado de coisas, tão nefasto, a qualquer respeito, aos mais legítimos e excelsos interesses nacionais (SCHERER, 1958, p. 362-364).

Em contrapartida, ele recebeu apoio de centenas de educadores brasileiros e foi mantido no cargo pelo então presidente da república, Juscelino Kubitschek, que solicitou à Associação Brasileira de Educação (ABE) que fizesse um estudo do material produzido por Anísio, em defesa da disseminação da escola pública, o qual se intitulava *A escola pública, universal e gratuita*. Vale ressaltar que esse texto foi inicialmente utilizado em uma conferência pronunciada por Anísio no Primeiro Congresso Estadual de Educação realizado em Ribeirão Preto, em 1956. Posteriormente esse material foi inserido como a segunda parte do livro *Educação não é privilégio*, cuja primeira edição foi publicada em 1957.

No documento elaborado pela ABE, em janeiro de 1957, fica explicitado que

o professor Anísio Teixeira se manteve em sua conferência fiel ao pensamento constitucional, quando pugna por uma atividade crescente dos poderes públicos na criação de estabelecimentos educacionais, sem desejar de modo algum a coerção da iniciativa privada. A sua tese se concentra sobretudo no problema da escola primária. A conferência pronunciada em setembro findo, pelo Prof. Anísio Teixeira, perante o Primeiro Congresso de Educação de São Paulo, encerra um apelo ao magistério paulista, que precisa ser ouvido em todo o país, a fim de que o nosso ensino primário público tenha o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de que tanto carece. Nada há nesta conferência que seja incompatível com os ideais há muito tempo esposados nas democracias ocidentais (TEIXEIRA, 1994, p. 185; 191-192).

O parecer da ABE declara que nada havia na conferência de Anísio Teixeira que fosse incompatível com os ideais de democracia e conclui afirmando que "(...) não existe nenhuma relação de dependência lógica entre esses princípios e métodos (de Dewey e seus discípulos), de um lado, e a doutrina do materialismo econômico, de outro" (TEIXEIRA, 1994, p. 192).

Mais uma vez, o defensor da escola pública não se intimida diante das polêmicas criadas, de forma especial pelos educadores católicos e pelos proprietários de escolas particulares, e continua fiel às suas concepções quanto aos rumos da educação no país.

Embora continue firme no seu projeto de defensor da escola pública, Anísio (1994, p. 105) se mostra realista em relação aos baixos investimentos financeiros destinados ao segmento educacional, afirmando que "resta o mais difícil: os recursos financeiros". Diante da escassez de recursos, propõe então, como alternativa para a expansão do ensino público, a criação de fundos, objetivando a gestão e o financiamento da educação por meio da participação dos municípios, dos estados e da união.

Criada a consciência da necessidade de educação, esclarecido o seu caráter de reivindicação social por excelência, acredito que não fosse difícil a criação, com as porcentagens

previstas na Constituição, dos fundos de educação municipais, estaduais e federais. Tais fundos, administrados autonomamente, iriam dar o mínimo de recursos, que o próprio êxito dos serviços educacionais faria crescer cada vez mais. A sua distribuição inteligente iria, de qualquer modo, permitir o crescimento gradual dos sistemas escolares, transformados nos serviços maiores das comunidades, contando com o concurso de forças locais, forças estaduais e forças federais para o seu constante desenvolvimento (TEIXEIRA, 1994, p. 103-104).

Dessa forma, ele revela, mais uma vez, o seu pioneirismo e a sua lucidez diante de desafios e de questões educacionais, numa época em que ainda não se cogitava, por determinação constitucional, os percentuais de receitas das esferas federal, estadual e municipal a serem destinadas ao financiamento da educação básica.

Para Anísio (1994, p. 104), não basta qualquer tipo de escola pública, pois “não podemos prescindir de uma sólida educação comum [...], de currículo completo e dia letivo integral”. Propôs uma escola para todos que não ficasse limitada à alfabetização ou à aquisição das habilidades básicas de ler, escrever e contar. A educação primária, idealizada por Anísio (1994, p. 105), tem o papel também de desenvolver “hábitos de sociabilidade”, “hábitos de pensamento e reflexão”, portanto não pode ser uma escola de tempo parcial, mas sim a escola que proporcione uma educação integral, com alunos e professores com permanência no espaço educativo também em tempo integral.

3. Anísio: o idealizador da educação integral em escola de tempo integral

O debate e as ações ora desenvolvidos sobre a escola de tempo integral, além de equivocados, estão muito distantes do projeto idealizado por Anísio, embora o seu nome tenha sido citado com muita frequência, tanto pelos representantes do Ministério da Educação, quanto por líderes políticos, para justificar o “nobre” empreendimento.

Se Anísio aqui estivesse, com certeza criticaria duramente o que andam fazendo em nome da educação de tempo integral. De forma amadora, tem-se estendido o tempo de permanência dos alunos na escola em horário contraturno, ocupando-os com atividades desenvolvidas, na maioria das vezes, de forma espontaneísta por voluntários que esporadicamente dedicam parte de seu tempo ao projeto. A maioria dessas escolas não dispõe de infraestrutura adequada à educação de tempo integral, não contam com o número de professores suficientes para essa modalidade de ensino e, por fim, carecem de outras condições necessárias para a efetivação de um projeto dessa envergadura.

Contrapondo-se a essa situação, Pereira (2011, p. 148), ao se referir a uma escola de tempo integral idealizada e implantada por Anísio, afirma que

[...] caracterizava-se por ser uma escola de educação integral e em tempo integral. Pautava-se no ideário da escola nova, que buscava proporcionar às crianças formação integral, com vistas a inseri-las na vida moderna. Nessa perspectiva, além do tempo destinado às matérias tradicionais, como português, matemática, ciências, história e geografia, havia atividades complementares: iniciação musical, artes plásticas, educação física, atividades de trabalho e de caráter social. De acordo com os princípios filosóficos que a fundamentavam, a escola deveria se organizar como comunidade de vida e de trabalho.

É nessa perspectiva que de fato funcionava a educação integral projetada por Anísio Teixeira, com atividades devidamente planejadas e imbuídas de intencionalidade pedagógica, com profissionais preparados para atuar em consonância com os pressupostos filosóficos subjacentes a essa prática.

Ao se referir a essa experiência pioneira no país e internacionalmente reconhecida como a educação integral, Nunes (2010, p. 30) afirma que era “uma escola feliz, que reunia às classes comuns de ensino as práticas de trabalho, artes, recreação, socialização e extensão cultural”. A escola de tempo integral, idealizada por Anísio Teixeira, foi implantada primeiramente em Salvador, no ano de 1950, e posteriormente em Brasília, em 1957, concomitantemente à construção da nova capital.

A política de escola de tempo integral, projetada por Anísio, em muito se diferencia das práticas atuais realizadas a partir da ideia equivocada de que basta a retenção do aluno no espaço escolar por um período mais longo para que a sua formação integral se efetive. Diante das políticas improvisadas ou pouco planejadas, voltadas para a escola de tempo integral da atualidade, Anísio (1994) com certeza diria que precisa-se “[...] de um novo currículo, um novo programa, um novo professor” (p. 162) e uma nova concepção.

A educação integral em escola de tempo integral pressupõe, segundo Anísio (1994), uma nova concepção de escola, a qual “visa oferecer à criança um retrato da vida em sociedade, com as suas atividades diversificadas e o seu ritmo de preparação e execução, dando-lhes as experiências de estudo e de ação responsáveis” (p.163).

Na perspectiva de Anísio, não se trata simplesmente de disponibilizar escolas e salas de aulas para serem utilizadas em tempo integral, mas de todo um conjunto de ações e espaços nos quais as crianças possam vivenciar experiências de estudo, de trabalho, de recreação, de socialização e de convivência.

Dessa forma, segundo Teixeira (1994, p. 168), “a arquitetura escolar deve assim combinar aspectos da escola tradicional com os da oficina, do clube de esportes e de recreio, da casa, do comércio, do restaurante, do teatro [...]”. O espaço educativo seria constituído, portanto, de uma infraestrutura complexa e diversificada.

Anísio (1994) reconhece que esse modelo de escola pública demandaria investimentos significativos do poder público, mas ao mesmo tempo alerta aos governantes que a garantia de igualdade de oportunidades educacionais é condição imprescindível para que todos possam concretizar as suas expectativas frente à vida, contribuindo assim para o desenvolvimento da nação.

A educação em tempo integral, implantada por Anísio Teixeira em Brasília, de forma especial na primeira escola pública que foi inaugurada no ano de 1957, deu-se inspirada nas suas experiências exitosas no Centro Educacional Carneiro Ribeiro de Salvador.

Baseado no modelo deste centro de Salvador, Bahia, foi organizado o sistema escolar de Brasília, cujo plano traçamos, com o propósito de abrir oportunidades para a capital do país oferecer à nação um conjunto de escolas que constituísse exemplo e demonstração para o sistema educacional brasileiro (TEIXEIRA, 1994, p. 165).

Nas palavras do autor, fica evidente o desejo de que, a partir do sistema educacional de Brasília, a experiência da escola de tempo integral se generalizasse para toda a nação. A capital nascente haveria de servir de exemplo de modernização também na área educacional.

O certo é que o projeto de Anísio pode ser considerado progressista para a época e ainda atual e desafiador para o contexto presente, uma vez que “a educação integral e em escola de tempo integral” ainda não se efetivou e continua como questão a ser inserida nas agendas de governantes, gestores, professores, pais e demais profissionais da área educacional, como política que pode vir a contribuir para a melhoria da educação brasileira.

Considerações finais

A formação do pensamento pedagógico brasileiro se deu na dinamicidade e no entrelaçamento de ideias e princípios que circulavam em diferentes espaços e tempos históricos. Assim ocorreu com Anísio que, incomodado com a escola brasileira elitizada para poucos, a qual aplicava métodos retrógrados e desarticulados da vida, parte em busca de novos horizontes pedagógicos.

As contribuições desse intelectual para a construção do pensamento pedagógico brasileiro destacam-se pela lucidez com que ele foi capaz de reelaborar pressupostos filosóficos e princípios pedagógicos, tornando-os coerentes com as questões emergenciais do país, as quais, para serem minimizadas, demandavam a expansão da escola pública brasileira.

Dessa forma Anísio desponta em defesa da escola pública, que não poderia ser qualquer escola, mas aquela capaz de proporcionar a educação integral de tempo integral, objetivando assim garantir a igualdade de oportunidades educacionais e consequentemente a ampliação das possibilidades de inserção na sociedade. É nessa perspectiva que Anísio caracteriza a escola pública como a “máquina de fazer democracia”.

No entanto, o projeto de Anísio ainda não se concretizou por completo, pois problemas educacionais diagnosticados por ele há mais de cinquenta anos ainda continuam carentes dos encaminhamentos adequados.

Nesse sentido, a obra de Anísio ainda se apresenta atual e merecedora de ser visitada e estudada pelos formuladores de políticas para o sistema educacional brasileiro, pelos gestores e professores-pesquisadores da educação escolar no país, uma vez que o projeto de democratização da escola pública brasileira ainda não se efetivou por completo.

A eficácia da educação escolar não se limita à mensuração do número de crianças matriculadas na rede pública de ensino, mas pressupõe também a garantia da qualidade do ensino ministrado, imprescindível na instrumentalização adequada dos alunos das classes populares, com as habilidades requeridas para o exercício da cidadania.

Numa realidade na qual os recursos destinados à educação pública são limitados e insuficientes, Anísio nos instiga ao comprometimento com um novo modelo de escola para todos, ao engajamento no movimento em prol da construção da escola pública necessária à formação integral das classes populares.

Referências

BEDIN, Brigitte. *Os Pioneiros da Escola Nova, Manifestos de 1932 e 1959: semelhanças, divergências e contribuições*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DEWEY, John. *Vida e educação*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

MARTINS, Maria Emília Pereira Limeira. *A Concepção de Universidade no Pensamento Social de Anísio Teixeira*. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: Editora da USP, 2009.

NUNES, Clarice. *Anísio Teixeira*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massangana, 2010 (Coleção Educadores).

_____. “Anísio Teixeira entre nós: a defesa da educação como direito de todos”, *Educação & Sociedade*, ano XXI, n. 73, Dez. 2000.

_____. “Um mestre pela escola pública”, *Veredas*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 56, ago. 2000, p. 28-29.

PAIM, A. “Por uma universidade no Rio de Janeiro”, in: SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*. Brasília: CNPQ, 1982.

PEREIRA, Eva Waisros et al. *Nas asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa (1956-1964)*. Brasília: Editora UnB, 2011.

PRADO, Ricardo. “O guerreiro da sala de aula”, *Nova Escola*. São Paulo, v. 15, n. 133, jun./jul. 2000, pp. 30-31.

ROMANELLI, O. *História da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005.

SAVIANI, Dermeval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas. Autores Associados. 2010.

SCHERER, Vicente, Arcebispo. *Memorial dos bispos gaúchos ao Presidente da República sobre a Escola Pública Única*. Petrópolis: Vozes, v. 52, maio 1958.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. Rio de Janeiro: Editora UFJR, 1994.

_____. *Educação no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

_____. [Tradutor de DEWEY, John]. *Vida e educação*. 5 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1959.

_____. *Educação para a democracia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

VERA E SILVA, Adriana. “Anísio Teixeira: ele rimou ensino com democracia”, *Nova Escola*. São Paulo, v. 13, n. 114, ago. 1998, p. 38-40.